

A ordem da interação: perspectivas teóricas clássicas para pensar a (não)atuação do indivíduo nos espaços políticos participativos

CRISTIANO DAS NEVES BODART*

Resumo

O presente *paper* objetiva apontar caminhos para o uso de três perspectivas clássicas nos estudos da (não)participação de atores sociais nos espaços políticos participativos. A saber: o Interacionismo Simbólico, de Goffman, a Sociologia Cultural, de Bourdieu e a Sociologia Histórica, de Elias. Trata-se de indicativos metodológicos preliminares que se utilizam de alinhamentos teóricos diferentes que podem fornecer caminhos possíveis e frutíferos para os estudos das interações sociais dos indivíduos atuantes nos espaços políticos participativos.

Palavras-chave: Interação; Esfera Pública; Goffman; Bourdieu; Elias.

The order da interaction: theoretical perspectives classic to think the (non) actuation of the individual in the spaces participatory political

Abstract

This paper aims to point the way for the use of three classical perspectives in studies of (non) participation of social actors in participatory political spaces. They are: the Symbolic Interactionism, Goffman, the Cultural Sociology, Bourdieu and the Historical Sociology, Elias. This is indicative methodological preliminary alignments have different theoretical paths that can provide possible and fruitful for studies of social interactions of individuals active in participatory political spaces.

Key words: Interaction; Public Sphere; Goffman; Bourdieu; Elias.



* **CRISTIANO DAS NEVES BODART** é Doutorando em Sociologia pela USP. Bolsista do CNPq. E-mail: cristianobodart@hotmail.com

1. Introdução

Este artigo, de cunho teórico, tem por objetivo apontar possíveis colaborações para uma compreensão da (não)participação social dos atores em movimentos sociais a partir de três perspectivas diferentes. Para tal tarefa buscou-se as colaborações de alguns trabalhos, especialmente aqueles escritos por Erving Goffman, Pierre Bourdieu e Norbert Elias. Embora tais autores não tenham se dedicado especificamente a atuação dos indivíduos na esfera pública, no sentido habermasiano, apontam caminhos metodológicos frutíferos que podem ser apropriados para uma compreensão dessa agenda.

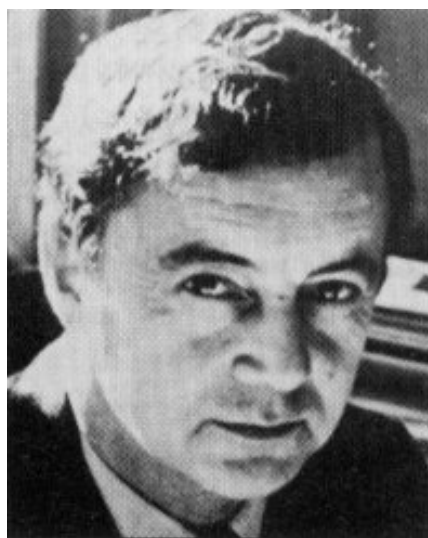
Mobilizaremos autores com perspectivas diferentes, a fim de apontar caminhos diversos para o estudo entorno da (não)atuação dos indivíduos nos movimentos sociais, os quais mobilizados com atenção e cuidado podem complementar a interpretação sociológica desse fenômeno social, especialmente quando objetiva-se mesclar uma análise macrosociológica com uma perspectiva microsociológica.

Por espaços políticos participativos entendemos os espaços públicos de atuação da sociedade civil sobre a gestão pública. Tais espaços, após a Constituição Federal de 1988, vêm se ampliando e multiplicando no Brasil, materializando-se com o surgimento e desenvolvimento de canais e/ou arenas participativas.

A ação coletiva e a atuação dos indivíduos nos espaços políticos participativos têm sido estudada a partir de diversas abordagens teóricas, passando pela Teoria da Escolha Racional, cujo foco é o indivíduo

racional, por teorias culturalistas, chegando a uma perspectiva histórica cujo escopo são os grupos sociais e/ou os movimentos sociais, sob uma perspectiva histórica, tais como os estudos de Tarrow (2009). Nesse artigo propomos a apropriação de três clássicos da Sociologia contemporânea para pensarmos os movimentos sociais sob três perspectivas diferentes.

2. Contribuições do interacionismo simbólico de Goffman



Erving Goffman (1922-1982)

É incomum estudos dos movimentos sociais que focam no indivíduo, mas que não se debrucem sobre a Teoria da Escola Racional, onde o indivíduo avalia os custos e benefícios da ação coletiva. Embora tais estudos não sejam facilmente encontrados, é possível se apropriar de colaborações teóricas que não são habitualmente mobilizadas para compreender a ação coletiva. Indicamos nessa direção as contribuições da Sociologia de Erving Goffman.

Alguns dos conceitos e raciocínios desenvolvidos por Goffman podem ser apropriados para compreendermos a

interação dos indivíduos nos espaços políticos participativos. Os conceitos que nos parecem mais propícios são “Cerimônia” e “Frame”. Suas análises referentes às interações face a face também podem ser igualmente utilizadas. A teoria de Goffman se baseia, em grande parte, na corrente teórica denominada “Interacionismo Simbólico”, sendo alvo de muitas críticas¹.

O termo “interação simbólica” foi desenvolvido por Herbert Blumer, em “Homem e Sociedade (1937), cuja ênfase é a simbologia da interação. *Grosso modo*, os principais pontos do Interacionismo Simbólico são: i) os atores agem em função do sentido que os indivíduos dão a ação, a qual é reciprocamente orientada; ii) o sentido nunca é independente da interação; iii) as interações ocorrem por meio de uma lógica própria.

Na Teoria Interacionista a “sociedade” é vista mais como um processo do que uma estrutura. Para essa corrente as regras da estrutura social não determinam as ações dos indivíduos, apontando, embora com consideráveis limitações, para uma microsociologia. Nos estudos do Interacionismo, há uma atenção na “ação/interação” dos indivíduos e não na ordem social, sendo as relações face a face privilegiadas. Sob essa concepção, caberia à sociologia estudar os arranjos que os indivíduos usam para se colocarem em interação. Essa abordagem caracteriza-

se pelo distanciamento das análises que usam qualquer entidade coletiva.

Embora normalmente classificado como um interacionista simbólico, Erving Goffman, contrariamente a ideia de Blumer (1969), aponta que as estruturas influenciam as ações sociais, embora isso não seja um ponto central em sua obra. Para dar conta dessa observação desenvolveu a ideia de “quadro” (*frame*) em sua obra “*Frame Analysis*” (1974). Goffman usa o conceito de quadro da seguinte forma:

Parto do pressuposto de que as definições de uma situação são construídas de acordo com os princípios de organização que determinam os acontecimentos – pelo menos os acontecimentos sociais – e o nosso envolvimento subjectivo neles; quadro é a palavra que uso para me referir àqueles dentre estes acontecimentos básicos que sou capaz de identificar (GOFFMAN, 1986, p.10-11).

Goffman se afasta, em certo ponto e medida, do Interacionismo Simbólico por acreditar que há uma pré-figuração nas ações sociais, marcadas pela estrutura. Seu conceito de quadros evidencia sua preocupação na estrutura ou ordem social. Desta forma, existe, para ele, duas ordens: a ordem social e a ordem da interação. São essas duas ordens que merecem atenção ao estudarmos a participação do indivíduo nos espaços políticos participativos.

Goffman, embora afirme que a Sociologia deveria focar na ordem da interação, acredita que esta está, em parte, configurada pela ordem social, buscando compreender que tipo de relação há em cada caso, ou quais são os “quadros da interação”. Para esse autor, os indivíduos ao participarem de uma reunião, por exemplo, sabem, por

¹ Alguns o acusa de ignorar a estrutura social, crítica de certa forma injusta. Embora sua ênfase esteja no momento da interação face a face, nota-se sua preocupação com o que ele denominou de “cenário” e “frame” para compreender a interação, sendo esses elementos claros de parte da estrutura.

experiências anteriores, qual o quadro (estrutura, regras pré-existentes, etc.) existente. A partir do quadro os indivíduos projetam suas ações. Claro que muitas vezes ocorrem fenômenos novos e não esperados, assim como ocorre no teatro, onde há toda uma estrutura previamente construída e onde os atores buscam seguir o *script*, mas a cada apresentação alguns elementos aparecem de forma diferente ou inesperada. É justamente utilizando-se da metáfora do teatro, na obra "*The Presentation of self in everyday life*", de 1959, que Goffman viria a ficar conhecido no meio acadêmico.

Na metáfora dramaturga de Goffman as interações sociais são interpretadas como produtos de representações bem ou mal construídas. Por meio dessa linguagem metafórica, esse autor busca destacar que as relações sociais de co-presença são representações de papéis, os quais são projetadas pelo indivíduo a partir de sua leitura da representação do outro (GOFFMAN, 1999, p. 23).

Uma interação é considerada por Goffman bem construída quando convence os outros de que trata-se de uma representação sincera, ainda que seja cínica. Tal sucesso dependerá da capacidade do indivíduo em adequar-se a todo quadro constituído no momento da interação (GOFFMAN, 1999). Esses elementos são importantes para pensar a representação dos indivíduos nas arenas participativas, haja visto que seu desempenho participativo poderá ajudá-lo ou não na obtenção de êxito, assim como motivar ou não os demais indivíduos à participação. Nesse sentido, a metáfora dramaturga de Goffman corrobora para pensarmos de que forma os indivíduos transmitem, na prática das ações coletivas, uma representação que convença dos demais

atores e a plateia. A encenação, nesse caso, é fundamental no sucesso ou insucesso da ação coletiva.

Goffman utilizou-se, em sua obra, publicada em 1967, sob o título "*Interaction Ritual – Essays on face-to-face behavior*", do conceito de cerimônia. Para ele cada situação é coordenada pelo que denominou cerimônia, que seria o respeito a face dos demais indivíduos. Goffman afirma que é necessário que o ator demonstre amor próprio e respeito pelo outro (agir por consideração) para que a interação seja harmoniosa. Um ato qualquer de desrespeito ao ritual pode profanar e injuriar a si, ao outro e/ou a todos. Como exemplo, podemos tomar as manifestações populares pacíficas. Essas possuem regras de participação para manter-se pacífica, mas se não respeitadas acaba sendo motivo de repulsa dos participantes iniciais. Em todas as manifestações populares, ainda que não orquestrada por um líder, é marcada por uma "consciência coletiva"², a qual se for rompida pode desmobilizar a ação e desmotivar a participação dos indivíduos.

Embora as ações coletivas tenham elementos motivacionais também coletivos, existem elementos mais particulares, tais como o "desenrolar" da cerimônia. Grupos que demonstram respeito pela participação do indivíduo tende a cativá-lo a uma participação, e a relação face a face tem um papel muito importante, especialmente em ações locais e praticadas por grupos pequenos.

² "conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade, formando um sistema determinado com vida própria" (DURKHEIM, E. *Divisão Social do Trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 50).

Na ideia de “face” não há dimensão psíquica. Esta depende da representação e da interpretação dos atores. A face também não está na superfície – bem como, não está no interior –, ela emerge das interpretações e das representações. A face é aquilo que aparece a partir do fenômeno da interpretação, dependendo sempre do outro. Para Goffman, é a partir dos jogos das insinuações (de aparências) que “identificamos” a face do outro. Para ele, o jogo da interação só ocorre se existir o engajamento (investimento de energia) dos atores, o que permitirá a interação (GOFFMAN, 1999). Desta forma, seria possível ter um maior ou menor engajamento nas interações de co-presença e na participação nos espaços políticos participativos.

Em 1974, Goffman publicou a obra “*Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*”. Nessa obra o conceito de “quadro” passa a ser seu ponto de delimitação do fenômeno em estudo (a interação social). A vida social passa a ser vista como um conjunto de enquadramentos, sendo marcada por uma dimensão cognitiva e social. Na concepção de Goffman, para compreender a realidade social torna-se necessário compreender o quadro, uma vez que será o quadro que estruturará o modo de interpretação e de engajamento dos atores sociais. Da mesma maneira, os indivíduos precisam compreender o quadro para não agir de forma que venha dessacramentar a face do outro. Tais contribuições são importantes para compreender a atuação dos indivíduos nas práticas comunicativas, portanto frutíferas para pensar a (não)atuação dos atores sociais nos espaços políticos participativos.

Desta forma, entendemos que o quadro seria uma forma exterior ao indivíduo

que organiza a experiência. A realidade não surge do nada. Goffman, nesse sentido, faz uma análise da importância de uma espécie de microestrutura (*frames*). Sua ideia de estrutura parece estar delimitada a um local muito específico, como uma sala, uma universidade, um auditório, o que acreditamos ser uma limitação de seu arcabouço teórico.

Os trabalhos de Goffman apontam para a importância de uma microsociologia que investe nos estudos das relações face a face. Para ele o micro não determina o macro e vice-versa. O que há é uma inter-relação entre as duas dimensões, embora seu foco seja a microsociologia. A disposição do ator social para participar de fóruns políticos participativos ou de Conselhos Municipais, por exemplo, dependem de elementos que vão além a dimensão individual e presentes no local, no quadro. Compreender essa microestrutura colabora para que o pesquisador entenda a (não)atuação dos indivíduos nesses espaços participativos. O local do fórum de participação social pode conter elementos simbólicos consideravelmente fortes na influência do comportamento dos indivíduos, como bem destacou Foucault em sua obra “microfísica do Poder”.

3. Contribuições de Bourdieu para pensar a (não) atuação dos indivíduos nos espaços públicos de participação social

Outro autor frutífero para os estudos da (não)participação dos indivíduos em ações coletivas, sobretudo em espaços políticos de participação social, é Pierre Bourdieu.

Pierre Bourdieu, em “Estrutura, *habitus* e prática” (Bourdieu, 1982), versão brasileira do posfácio do livro “*Architecture gothique et pensée scolastique*”, de Erwin Panofsky, coloca na cena dos estudos sociológicos o conceito de *habitus*. A partir de Panofsky, Bourdieu, aponta *habitus* como “um conjunto de esquemas fundamentais,



Pierre Bourdieu (1930-2002)

precisamente assimilados, a partir dos quais se engendram, segundo uma arte da invenção semelhante a da escrita musical, uma infinidade de esquemas particulares, diretamente aplicados a situações particulares” (Bourdieu, 1982, p. 349). O conceito de *habitus* é um elemento importante para compreendermos a pré-disposição do indivíduo em participar ou não nos espaços políticos participativos. Diferentemente da concepção de Goffman, para quem o indivíduo interage primordialmente motivado pela face do outro, o conceito de *habitus* nos possibilita pensar o formato da interação a partir também do que o indivíduo trás de cultural, manifesto em forma de *habitus*.

Por *habitus* entende como a internalização das condições históricas e sociais de longo prazo. Esse *habitus*, para Bourdieu, produz um sistema de disposições duráveis que predispõe o funcionamento das estruturas que são estruturantes dos *habitus*. Bourdieu constrói o conceito de *habitus* como um recurso que o indivíduo possui para utilizar como mediador entre os agentes e a estrutura, assim como, o possibilita

compreender as regras do jogo desse espaço. Nota-se que, Bourdieu dar a estrutura social e sua “bagagem” cultural um peso maior na determinação das ações dos indivíduos, quando comparado as colaborações de Goffman. O *habitus* é resultado de uma constante construção das experiências cotidianas que, no presente, proporcionam

predisposições ao indivíduo. Vai além da ideia de Goffman de relembrar as experiências passadas, pois o *habitus* proporciona aos indivíduos ações pré-reflexivas.

A ideia de Goffman de quadros (*frames*) nos faz reportar, em certa medida, com o que Bourdieu denominou de campos, que, grosso modo, seria uma espécie de estrutura a qual o indivíduo está inserido (BOURDIEU, 1997). Porém, a ideia de campo não se resume ao ambiente da interação, antes de mais nada, ela vai além da dimensão material e simbólica localizada em um espaço físico. Para Bourdieu (1990, p. 119) campo é “um espaço - o que eu chamaria de campo - no interior do qual há uma luta pela imposição da definição do jogo e dos trunfos necessários para dominar nesse jogo”. Para Goffman o indivíduo atua no “quadro” a partir da percepção da face do outro, da plateia (observadores), do cenário e das experiências passadas. Para Bourdieu o indivíduo atua no campo a partir de seu *habitus*. A princípio parecem ideias bem semelhantes, porém uma análise mais atenta das obras dos dois autores deixará evidente que o peso dado ao

habitus do indivíduo por Bourdieu remonta mais ao seu histórico, ao seu processo de socialização, e menos ao momento da interação, como é evidente em Goffman. Para Bourdieu o *habitus* está relacionado diretamente “as estruturas do mundo e que [estruturam] tanto a percepção quanto a ação” (BOURDIEU, 1997, p. 194). Será essa percepção, forjada pela estrutura, que possibilitará ou não uma boa atuação do indivíduo em um determinado campo.

Por que a noção de “campo” parece ser colaborativa para o estudo da (não) atuação dos indivíduos em espaços políticos de participação social? A fim de compreender tal colaboração recorremos a algumas preposições apresentadas pelo próprio Pierre Bourdieu (1996, p. 138). Primeiro, “não se pode fazer Sociologia sem aceitar o que os filósofos clássicos chamam de ‘princípio da razão suficiente’ e sem supor, entre outras coisas, que os agentes sociais não agem de maneira disparatada”. Isso não significa que suas ações sejam racionais, mas que sempre há motivos de suas ações e o papel da Sociologia é desvendar tais motivos aparentemente sem lógica, arbitrária e/ou incoerente. Segundo, “os jogos sociais são jogos que se fazem esquecer como jogos e o *illusio*³ é essa relação encantada com um jogo que é produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social” (BOURDIEU, p. 139).

Em relação a primeira preposição, é importante compreender que não só pode haver o interesse ou o *illusio* por

parte do indivíduo, como também sua oposição: o desinteresse e a indiferença. Assim, a participação envolve interesse, desinteresse e indiferença.

A segunda preposição está ligada diretamente a primeira, ou seja, os indivíduos inseridos em um dado campo participarão ou não da ação motivados pelo *illusio*, mesmo eles não percebendo tal motivação, isso devido ao *habitus* adquirido naquele campo. O *habitus* é justamente o motivador/influenciador da escolha do indivíduo, muitas vezes criando a falsa aparência de arbitrariedade ou incoerência, quando na verdade esse comportamento é produto da estrutura estruturante do *habitus* do indivíduo, o qual se constitui, via socialização, dentro de um campo específico. Assim dentro de seu campo, o indivíduo agirá ou não devido a seu interesse ou ao seu desinteresse. Muitas vezes esse interesse é motivado pelas regras do jogo e sem que se perceba, se envolvendo quase que de forma automática, eis o que seria o *illusio*. Mas quando o indivíduo está fora de seu campo, ele pode agir com indiferença, ou seja, “não ver o que está em jogo” (BOURDIEU, 1996, p. 140).

O *illusio* faz com que os indivíduos não sejam sujeitos diante de um objeto, o qual será constituído como tal por uma racionalidade, um esforço intelectual, como aponta a Teoria da Escolha Racional.

“Eles estão, como se diz, envolvidos em *seus afazeres* (que bem poderíamos escrever como *seus a fazeres*): eles estão presentes no *por vir*, no fazer, no afazer (*pragma*, em grego), correlato imediato da prática (*praxis*) que não é posto como objeto do pensar, como possível visando em um

³ Nas palavras de Bourdieu (1996, p. 139), “*illusio* é estar preso ao jogo, preso pelo jogo, acreditar que o jogo vale a pena ou, para dizê-lo de maneira mais simples, que vale a pena jogar”.

projeto, mas inscrito no presente do jogo (BOURDIEU, 1996, p. 143).

No caso da participação do indivíduo em arenas políticas participativas, nota-se que aqueles que estão incluídos de forma efetiva no campo político da organização participaram do jogo proposto, enquanto que os *outsiders* do campo costumam se apresentar como indiferentes, optando por não só participar, como também não acompanhar a participação dos demais cidadãos. É importante compreender que “cada campo, ao se produzir, produz uma forma de interesse que, do ponto de vista de um outro campo, pode parecer desinteresse (ou absurdo, falta de realismo, loucura etc.)” (BOURDIEU, 1996, p. 149). Parece que aqueles que não possuem um *habitus* propício a participação em ações coletivas são os mesmos que não pertencem ao campo político associativo, o que indica que campo e *habitus* são conceitos indissociáveis nos estudos da participação social dos indivíduos. Nesse sentido, as noções de campo e *habitus* possibilitam compreender, de certa forma, porque os indivíduos mais envolvidos na rotina associativa apresentaram uma pré-disposição em participar de novas experiências participativas e facilidade em jogar o jogo do campo. Essa situação é descrita por Bourdieu da seguinte maneira:

De fato, essas antecipações pré-perceptíveis, espécie de induções práticas fundadas na experiência anterior, não são dadas a um sujeito puro, a uma consciência transcendental universal. Elas são criadas pelo *habitus* do sentido do jogo. Ter o sentido do jogo é ter o jogo na pele; é perceber no estado prático o futuro do jogo; é ter o senso histórico do jogo. Enquanto

que o mau jogador está sempre fora do tempo, sempre muito adiantado ou muito atrasado (BOURDIEU, 1996, p. 144).

Desta forma a participação do campo, no caso dos espaços de políticos de participação, e a pré-existência de um *habitus* associativo são elementos de grande importância na compreensão da participação de uns e a não participação de outros indivíduos. Estar inserido no campo é estar em condições de ser socializado, o que o tornará capaz de inserir-se no jogo, de ter o histórico do jogo, de poder jogar de forma mais eficiente. O pertencimento a um dado campo marcado por estruturas próprias estruturará o *habitus* dos indivíduos, ao mesmo tempo que seus *habitus* organizará a estrutura desse campo. Assim, o indivíduo é entendido como produto e sujeito produtor do(s) campo(s) a(os) qual(is) está inserido.

Da mesma forma que apontamos que o arcabouço teórico de Goffman deixa lacunas importantes que nos impedem de compreender mais a fundo a participação dos indivíduos nos espaços políticos participativos, destacamos igualmente a limitação dos conceitos de *habitus* de Pierre Bourdieu.

Nota-se que no conceito de *habitus* há no histórico do indivíduo um peso significativo em sua atuação, minorando, em certa medida, o papel das condições históricas macrossociológicas⁴ - problema que identificamos também em Goffman. Embora Bourdieu faça análises onde a relação sociedade-indivíduo seja importante, será em Norbert Elias que a

⁴ Não que Bourdieu tivesse ignorado o contexto histórico, mas a centralidade às condições macrossociais parecem mais claras apenas na sua obra “*La domination masculine*” (1998).

Sociologia encontrará tal relação mais aprofundada.

4. Contribuições de Norbert Elias para pensar a (não) atuação dos indivíduos nos espaços públicos de participação social

Norbert Elias traz em muitos de seus trabalhos uma preocupação em discutir e analisar a relação entre indivíduo e sociedade, buscando pensar essas duas esferas que se interpenetram. Em “Mozart: Sociologia de um gênio” (1995), Elias parte de uma análise individualizante para caminhar para uma análise sociológica, apontando o indivíduo Mozart como um caso exemplar de uma sociedade em transformação, rompendo com o suposto antagonismo entre indivíduo e sociedade. Elias buscou, nesta obra, entender como uma realidade social se expressa em uma realidade individual, ou ainda, como o indivíduo internaliza um conflito que era eminentemente social. Nesse sentido, Elias nos acrescenta uma contribuição a análise sociológica das relações sociais entre indivíduos: o papel da macroestrutura social que envolve o microcosmo do indivíduo, apontando a sua liberdade limitada. No caso de Mozart, Elias demonstra que embora tivesse feito escolhas pessoais, morreu sem ser reconhecido como gênio por implemento de seu contexto histórico, haja visto que qualquer reconhecimento dessa natureza só seria possível anos depois (ELIAS, 1995).

Para Elias a Sociologia deve também atentar-se para as evoluções de longa, e



Norbert Elias (1897-1990)

até mesmo muito longa, duração, na medida em que tais análises ajudam a compreender, por filiação ou diferença, as realidades do presente (ELIAS, 2001, p.7).

Elias aponta para a necessidade de compreender a interdependência entre indivíduo e sociedade, evitando a oposição entre essas duas esferas da realidade social (ELIAS, 2001). Nessa direção, Tarrow (1998, p. 20) aponta

que as mudanças nas “estruturas de oportunidades políticas” abrem ou se criam novos canais para expressão de reivindicações para grupos sociais de fora da *polity*. De acordo com Alonso (2009, p. 55) essas mudanças de oportunidades políticas,

[...] pode ocorrer pelo aumento de permeabilidade das instituições políticas e administrativas às reivindicações da sociedade civil, provocadas por crises na coalizão política no poder; por mudanças na interação política entre o Estado e a sociedade, especialmente a redução da repressão a protestos; e pela presença de aliados potenciais.

As novas “estruturas de oportunidades políticas” têm possibilitado a entrada de militantes dos movimentos sociais, cidadãos que nunca atuaram ativamente na luta por demandas públicas, grupos anteriormente organizados, mas poucos ativos na arena política (como grupos religiosos, associações, clubes, etc.), assim como indivíduos militantes em partidos políticos.

Abers e Bülow (2011) destacam que é importante observar os efeitos que as intersecções entre Estado e sociedade

civil podem configurar na mobilização social e sobre os movimentos sociais (p. 55). Observa-se aqui uma preocupação em compreender o contexto macrosociológico que envolve a participação dos indivíduos nos espaços políticos participativos e/ou em movimentos sociais. Para Tarrow (2009) é a partir das oportunidades políticas que os indivíduos escolhem o repertório de ação. Tarrow utiliza-se do conceito de repertórios para buscar compreender como se dá a atuação do indivíduo nos confrontos políticos. Por repertório entende a definição dada por Tilly (1992, p.41): “as maneiras através das quais as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados”.

Corroborando com as indicações de Elias, Tarrow afirma que as repertórios mudam com o tempo, porém lentamente, destacando que as mudanças maiores “dependem de flutuações maiores nos interesses, oportunidades e organização” (2009, p. 51).

Nota-se que os estudos que tomam como foco a sociedade civil, como os trabalhos de Tarrow, acabam apontando, em certa medida, a dimensão individual, embora o foco fosse a ação coletiva. Porém, nesses modelos de análises as questões que envolvem a interação face a face, as condições próprias do indivíduo, seu *habitus*, são quase sempre sub-analisadas, embora reconhecendo sua importância na busca de uma compreensão da participação dos indivíduos nos espaços políticos participativos.

5. Considerações finais

A partir dos apontamento teóricos deste *paper* podemos realizar algumas ponderações em torno da agenda de pesquisa aqui abordada.

Primeiramente destacamos que geralmente os estudos que buscam compreender a participação social nos espaços políticos participativos, sobretudo nos movimentos sociais, têm sub-analisado a dimensão “indivíduo” em detrimento da dimensão “sociedade”.

Quanto a (não)participação do indivíduo nos espaços políticos participativos, afirmamos que as três perspectivas apresentadas possuem igualmente potencialidades e limitações e que as mesmas podem ser adotadas de acordo com o interesse do pesquisador e que o reconhecimento de suas importâncias possibilita despertar uma atenção para as dimensões sub-analisadas. Torna-se importante para a sua compreensão observar duas dimensões: indivíduo e sociedade. Ao mesmo tempo que o desempenho das interações sociais, em um determinado campo, como a arena política, depende da percepção do indivíduo em relação a face do outro, de seu *habitus* e de sua capacidade de atuar no quadro (*frame*), depende também das oportunidades políticas, fruto da construção histórica. Dito isto, ainda que sabemos que as multiplicidades de dimensões não são possíveis de serem abarcadas em um único estudo, entendemos que as contribuições de Goffman, Bourdieu e Elias podem ser mobilizadas, com cuidado, é claro, para se complementarem em alguns pontos de limitação. Essas contribuições nos leva a dar a devida atenção a relação indivíduo-sociedade, a qual é tão complexa que uma perspectiva teórica

única sempre deixa sombras. Não que tais contribuições dariam ao pesquisador as ferramentas teóricas suficientes, mas o desperta para outros olhares.

Desta forma, afirmamos que elementos micro-sociológicos são tão importantes quanto os elementos macrosociológicos. Devemos buscar compreender a dinâmica interna das ações dos indivíduos e de suas interações com o outro, como também é importante darmos atenção ao cenário que o envolve, ao quadro configurado e ao campo a qual está inserido. Igualmente o histórico, que é o produtor do *habitus* e das oportunidades políticas, é igualmente importante para a compreensão da ação coletiva e da atuação dos indivíduos nos espaços políticos participativos.

Referências

ABERS, Rebecca; BÜLOW, Mariza Von. *Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?* Revista Sociologias. Sociologias, Porto Alegre, Ano 13, nº 28, set./dez. 2011, p. 52-84. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/24518>> Acessado em Jan. 2013.

ALONSO, Angela. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*. Lua Nova, n.76, pp.49-86. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>> Acessado em Jan. 2013.

BOURDIEU, Pierre. Estrutura, *habitus* e prática. In.: _____. *A economia*

das trocas simbólicas. 2.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Razões práticas*. São Paulo: Papirus, 1996.

_____. *Meditações Pascaliana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BLUMER, Herbert. Social Psychology. In: SCHMIDT, E. D. (ed.). *Man and Society*. New York, Prentice-Hall; 1937.

_____. *El interaccionismo simbólico: perspectiva y metodo*. Barcelona: Hora, 1969.

ELIAS, Norbert. *Mozart, sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1995.

_____. *A Sociedade de Corte*. Trad. Pedro Sússekind; Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GOFFMAN, Erving. *A Representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia Santos Raposo; Petrópolis, Vozes, 1999.

GOFFMAN, Erving. *The Presentation of Self in Everyday Life*. New York, Doubleday, 1959.

_____. *Interaction Ritual: Essays on Face-to-Face Behavior*. Anchor Books, 1967.

_____. [1994] *Frame Analysis: an Essay on the Organization of Experience*. New York: Northeastern University Press edition, 1986.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Trad. Ana Maria Sallum; Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Recebido em 2013-09-03

Publicado em 2014-08-25